

AÇÃO LOCAL, TERRITÓRIO E SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE: OS TENETEHAR-TEMBÉ ENTRE A DIFERENCIAÇÃO E A UNIVERSALIZAÇÃO¹

Vanderlúcia da Silva Ponte
Maria José da Silva Aquino

RESUMO

Este artigo analisa os efeitos advindos da reforma sanitária brasileira e da política de saúde, tomando como ponto de observação dois grupos Tenetehar-Tembé – do Guamá e do Gurupi – que habitam Terras Indígenas no nordeste do Estado do Pará. A partir de uma perspectiva da ação local, colocamos em discussão a relação entre a descentralização da Política de Saúde Indígena, a criação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas e as estratégias de resistência e de reconhecimento de identidade e de direito à permanência em certo território. Sob a condução de lideranças, esta dinâmica, marcada por lutas pela universalização de direitos e pela garantia de uma atenção diferenciada aos indígenas pelo serviço público de saúde, compreende conflitos, alianças, diferenças e similaridades de ações produzidas entre líderes e liderados Tenetehar-Tembé, atores governamentais e não governamentais referentes à implantação dessa política e seus efeitos na composição e na recomposição territoriais.

PALAVRAS-CHAVE

Ação local. Território. Tembé. Política de saúde.

ABSTRACT

This article comes to analyze the effects of health reform and of health policy, taking as a point of note two groups Tenetehar-Tembé from Guamá and Gurupi- inhabiting indigenous lands in the northeast of the State of Pará. From a perspective of local action, put in discussion the relation between decentralization of indigenous health policy, the creation of the Special Indigenous Sanitary Districts and the strategies of resistance and identity and recognition of the right to stay in a territory. Under the conduct of leaders, this dynamic, marked by struggles for universalisation of rights and, at the same time, ensuring a differentiated attention to Indians by the public health service, including conflicts, alliances, differences and similarities of actions produced, between leaders and led Tenetehar-Tembé, governmental and non-governmental actors, concerning the implementation of this policy and its effects on the territory composition and re-composition.

KEYWORDS

Local action. Territory. Tembé. Health policy.

1 Introdução

Neste artigo, buscamos compreender, do ponto de vista da ação local, como repercutiu na mobilização das lideranças indígenas Tenetehara-Tembé a implantação e a descentralização da Política de Saúde Indígena no Estado do Pará. Mais especificamente,

consideraremos ações que envolvem os Tenetehar-Tembé, doravante Tembé, que residem na Terra Indígena do Alto Rio Guamá (TIARG)² (Mapa 1), pertencentes, de acordo com a política de saúde indígena, ao Distrito Sanitário Especial Indígena Guamá-Tocantins (DSEI-GUATOC).

Mapa 1 – TIARG



1. Esse artigo contou com a colaboração de Pierre Teisserenc e Véronique Boyer que apontaram sugestões e críticas, no entanto, os equívocos e possíveis falhas são de total responsabilidade das autoras.
2. De acordo com os estudos de Wagley e Galvão (1961, p. 22), os índios Tembé são autodenominados Tenetehar. Aqueles que habitavam o Estado do Maranhão foram chamados, pelos viajantes, de Guajajara e os que migraram para o Guamá, no Pará, originários do Pindaré, foram chamados de Tembé. Atualmente, os Tenetehar-Guajajara, do ramo oriental, vivem, de um modo geral, no Maranhão, enquanto os Tenetehara-Tembé, do ramo ocidental, no Estado do Pará, na Terra Indígena do Alto Rio Guamá - TIARG. Eles se organizam em três blocos ao longo dos rios Acará, Guamá e Gurupi. Entretanto, aqui será enfatizada a

A pertinência desse debate está na compreensão da dimensão política da ação das lideranças Tembé sobre o território, importando observar a mobilização e as estratégias dos atores indígenas, o contexto e o processo de institucionalização política do movimento indígena para garantir o acesso e a permanência na terra, suas implicações e efeitos sobre a vida do grupo.

A Política de Saúde Indígena remete também a um contexto internacional. Após a Assembleia Internacional sobre cuidados Primários de Saúde, promovida em 1978 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em Alma Ata, no Cazaquistão, definiu-se um modelo de saúde baseado em princípios de atendimento universalizado, hierarquizado, descentralizado das ações e serviços de saúde pública. Nas análises sobre a Saúde Pública e a Saúde Coletiva³ em particular, é percebido que a legislação brasileira e as políticas de saúde atuais são fortemente influenciadas pelas diretrizes preconizadas na declaração de Alma Ata promulgada na primeira Conferência de Saúde do Canadá, ambas sob a coordenação da (OMS). Com isso, ficou estabelecido que os serviços públicos de saúde deveriam ser estruturados com medidas simples e de baixo custo, em lugares próximos das populações.

Por intermédio dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), os atendimentos básicos de saúde chegaram às aldeias indígenas (ANDRADE; BARRETO, 2007) e, com base nessa política, a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) criou trinta e quatro DSEI nas diversas regiões do país, sendo quatro no Estado do Pará, conforme descritos a seguir: DSEI Guamá-Tocantins (GUATOC), DSEI Altamira, DSEI Kaiapó e DSEI do Rio Tapajós. De acordo com as recomendações legais, a Política de Saúde dos Povos Indígenas deveria assegurar a implantação dos conselhos locais e distritais, por meio dos quais os indígenas fariam o controle social, e a criação dos Polos Bases, estrutura administrativa que deveria dar suporte para a atuação das equipes de saúde nas aldeias (ANDRADE; BARRETO, 2007).

É nesse contexto de descentralização das ações de saúde indígenas que este estudo centra sua análise, já que é por meio dos instrumentos legais, diga-se, a criação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, dos Polos Base e dos Conselhos Locais e Distritais que os Tembé passam a se relacionar com a gestão pública local, assumindo cargos administrativos e de controle social.

análise os Tenetehar-Tembé que se encontram na RIARG. Esta reserva, localizada no nordeste do Pará, à direita do rio Guamá e à esquerda do Gurupi (PA/MA), incide em três municípios: Santa Luzia do Piriá, Nova Esperança do Piriá e Paragominas, sendo que, após o desmembramento da Reserva, passou a ter incidência em outros municípios, como Vizeu, Ourém e Capitão Poço. Os Tenetehar-Tembé do Guamá estão organizados em 14 aldeias e os Tenetehar-Tembé do Gurupi, também em 14 aldeias, somando-se um total de 28 aldeias.

3. Saúde pública e a saúde coletiva são campos de estudo que se diferenciam. A Saúde Coletiva resultou de um movimento que surgiu na década de 1970 contestando paradigmas de saúde existentes na América Latina e buscando uma forma de superar a crise no campo da saúde. Ela surge devido à necessidade de construção de um campo teórico-conceitual em saúde frente ao esgotamento do modelo científico biológico da saúde pública, ampliando a análise sobre o processo saúde-doença de uma dada coletividade, considerando o contexto social e histórico determinado em que ela se insere. A saúde pública é entendida como forma de controlar as endemias que ameaçam a ordem econômica, assim seu campo não conseguiu estabelecer uma política de saúde efetiva e que ultrapassasse os limites interdisciplinares, ou seja, aquele que fosse além do modelo centrado na figura hegemônica do médico (NUNES, 2006).

Para melhor precisar essa análise, será utilizado como recurso metodológico o estudo comparativo entre dois blocos de aldeias Tembé: os que ficam à margem do Rio Gurupi, fronteira com o Maranhão, que têm um contato mais restrito com as cidades, sobretudo Belém, e são considerados por pesquisadores antropólogos e pelos sistemas oficiais, mas também pelo próprio grupo, como aqueles cujos aspectos culturais são considerados significativos, como o artesanato, a língua, os rituais; e os Tembé, que habitam as margens do Rio Guamá, no Pará, que têm um contato permanente com as cidades, sobretudo Capitão Poço, Santa Luzia e Belém, e cujo processo de introdução de práticas culturais não indígenas é mais expressivo. O que pode representar uma integração maior entre universos culturais diferentes.

Ainda que, na lei, esteja previsto que os DSEI devam adotar uma configuração que respeite a cultura, no Brasil eles correspondem, de forma geral, às instâncias administrativas, cuja estrutura se compõe por meio de dois serviços interligados: os Polos Base, que funcionam nos municípios próximos às aldeias, os quais dão suporte de transporte, medicamentos e outras condições de infraestrutura para as ações de saúde; e os Postos de Saúde, composto, na maioria das vezes, por enfermeiros, técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde, que funcionam dentro das aldeias e realizam as ações básicas de saúde.

Há uma série de controvérsias entre o que a lei prevê e o que de fato acontece. Da parte das lideranças indígenas, a municipalização e a descentralização da saúde indígena, concretamente, não correspondem aos saberes e práticas de saúde singulares ao modo de vida desses povos.

Percebemos que, de um lado e de outro, há avanços e retrocessos que demarcam uma relação de poder em que está em jogo o reconhecimento do saber de uma cultura diferenciada e reconfigurações territoriais distintas.

2 Desafios da ação e afirmação da identidade Tembé e as mudanças na política de saúde indígena

Compreender como a política de saúde repercute localmente exige situar e discutir o ponto de vista dos Tembé e, portanto, o processo de mobilização e organização das lideranças no contexto da descentralização da política de saúde na administração pública governamental local. Nesse aspecto, é importante identificar e analisar as idiosincrasias de poder, as estratégias, as regras e os recursos que os atores dispõem para justificar as ações nos seus territórios.

A percepção desse desafio apresentou-se nos primeiros contatos da pesquisadora com as lideranças Tembé do Rio Guamá, em um Seminário coordenado pela Fundação Nacional de Saúde⁴ (FUNASA). Nesse evento, foram tratados o processo de criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena

4. Seminário realizado em julho de 2009, quando o Ministério da Saúde apresentou às lideranças indígenas a nova configuração da Política Nacional de Saúde Indígena. O Governo Federal, por meio do decreto n.º 6.878/2009, instituiu a autonomia administrativa e financeira do DSEI e, por meio das portarias n.º 3034 e n.º 3.035 de 2008, criou a Secretaria de Saúde Indígena, transferindo a responsabilidade da Saúde Indígena da FUNASA para a SESAI.

na (SESAI) e a descentralização da gestão dos DSEI⁵. Naquele momento, era perceptível a reação de desaprovação de todas as lideranças presentes no encontro em relação à municipalização da política de saúde.

Para maior compreensão dessa problemática, torna-se importante enfatizar a forma como as lideranças indígenas e as associações que elas representam se inserem como parceiras na execução da política de saúde – administração de recursos, oferta de serviços, representação por meio dos conselhos de saúde, de fiscalizadores do Subsistema de Saúde Indígena. A participação das lideranças indígenas busca garantir a existência de um serviço público de saúde diferenciado, mas, para isso, é necessário a aprendizagem, a introjeção de práticas administrativas, burocráticas, que reafirmam a universalidade de uma política de saúde pública nacional, mas que, de fato, não se cumpre.

Nos grupos Tembé do Guamá e do Gurupi, a participação das associações e das lideranças indígenas no serviço público de saúde e as tensões daí decorrentes são diferentes. No Guamá, após a criação dos DSEI, as associações indígenas estabeleceram parcerias com a FUNASA, assumindo assim, localmente, a gestão da saúde indígena; diferentemente dos Tembé do Gurupi. Neste caso, a gestão da saúde foi assumida pela prefeitura do município de Paragominas, com a participação de algumas lide-

ranças chamadas de assessores indígenas

Os Tembé do Guamá, com a criação dos Distritos, a partir de 2009, fizeram uma associação denominada Associação dos Grupos Tembé do Alto Rio Guamá (AGITARGMA), que integrou todas as aldeias da região. Esta associação funciona em Capitão Poço e no início de sua criação gerenciava a contratação de trabalhadores de saúde e os suprimentos de medicamentos e materiais nas aldeias. Mas, no decorrer da gestão, houve uma divisão nessa associação, liderada pelo cacique Naldo e por Piná Tembé, que constituíram uma nova associação, chamada Associação do Grupo Indígena Tembé das Aldeias Sede e Ituaçu (AGITASI), que funciona na aldeia Sede. Atualmente, a AGITARGMA enfrenta sérios problemas de ordem financeira.

De modo geral, as associações que estabeleceram convênios com a FUNASA, sem o domínio técnico-administrativo em gestão do serviço público e desprovidas do conhecimento dos registros legais e da assistência técnica da FUNASA, tornaram-se inadimplentes e, assim, impossibilitadas de renovar os convênios com o governo federal, à exceção da AGITASI, que continuou estabelecendo convênios com essa fundação até a criação da SESAI. A criação da SESAI em 2010 pode ser interpretada, de um lado, como uma resposta à demanda do movimento indígena, contrário à transferência

5. Quando se referir à descentralização administrativa dos distritos, quer-se dizer que esse processo equivale a uma longa trajetória de ação política, alianças e embates entre o Estado, os movimentos indígenas, aliados políticos tanto do Estado como das lideranças indígenas, em que há avanços e retrocessos mediante a municipalização da saúde. Diz-se isso porque a criação dos Distritos, em 1999, não representou de fato um processo descentralizado, uma vez que as gestões financeira e política do Subsistema de Saúde Indígena estiveram sempre atreladas às decisões da esfera Federal. Embora tenha ocorrido a descentralização administrativa do Subsistema de Saúde, a participação das lideranças indígenas foi meramente formal, pois nem os indígenas nem os municípios assumiram a gestão do Subsistema. A FUNASA, após a criação dos Distritos, realizou parcerias e terceirizou as ações de saúde para os municípios, organizações não governamentais, organizações indígenas e fundações universitárias.

da competência administrativa da gestão da saúde pública indígena para as prefeituras. Por outro, também pode ser interpretada como reconhecimento do insucesso da parceria entre as agências do Estado e as organizações civis, neste caso, as associações indígenas. A partir de então, os serviços de saúde para os indígenas, da competência do Ministério da Saúde, teve sua gestão transferida da FUNASA para a SESAI.

A forte reação por parte do movimento indígena é assim explicada pela manifestação do cacique Naldo Tembé. Para esta liderança, seria impossível ter nas prefeituras as garantias de atendimento das necessidades de seu povo. Os prefeitos não os defenderiam, pois

[...] Como vamos deixar municipalizar a saúde indígena, se os prefeitos do município e os gestores da saúde poderão ser os nossos inimigos fazendeiros, madeireiros, que roubaram nossas terras? Como um fazendeiro irá defender um índio, se utiliza a terra para derrubar a floresta e fazer pasto? Como um madeireiro ou fazendeiro irá defender os interesses e o modo de vida do índio? Se, pela saúde dos brancos, eles já não se interessam, avali a dos índios? Fazendeiro nenhum irá defender a saúde do índio, eles querem é tomar o que é nosso. (Informação verbal)⁶

A reação das lideranças e o processo de mobilização empreendido por elas frente à municipalização fizeram o Ministério da Saúde retroceder da decisão e manter os convênios com as associações indígenas e prefeituras, até a criação da SESAI.

Na reação dos Tembé, pudemos perceber que a municipalização da saúde, que poderia significar uma aproximação entre as agên-

cias do Estado e as necessidades das populações locais, de acordo as recomendações dos acordos internacionais para o campo da saúde, de fato, veio a se constituir em um obstáculo à garantia do direito à saúde pelos Tembé, considerando um contexto local, no qual segmentos sociais como os dos indígenas não têm seus interesses representados no poder público municipal.

Portanto, parece plausível abordar, conforme Teisserenc (2006), o processo de mobilização das lideranças indígenas Tembé na perspectiva da ação local e assim considerar a dimensão do poder local. Importa, então, entender a configuração deste poder ou como se apresenta esta arena política em um processo de territorialização. Dois conceitos aqui se articulam – território e ambientalização. De acordo com Teisserenc (2008), a noção de território como processo está intimamente ligada à ideia de ambientalização, uma vez que ela remete a um contexto de ação política em que os atores sociais no espaço público demandam, de forma concreta, a reapropriação e gestão dos recursos naturais ou de bens comuns. Esse processo, afirma o referido autor, caracteriza-se por maior participação na arena política, na aceleração do processo de descentralização administrativa e econômica, na defesa do território e de seus recursos, na afirmação de um modo de produção além de uma crítica à racionalidade econômica e à referência exclusiva à lógica do mercado.

A mobilização dos atores indígenas, a decisão dos Tembé de fortalecer o poder político de seus líderes, a sua inserção nos espaços públicos, o fortalecimento do movimento e o processo de inclusão das

6. Naldo Tembé (11 mar. 2011).

lideranças nas instâncias de participação, dentro do setor da saúde, educação e da questão fundiária, traduzem-se, assim, em uma estratégia clara para reafirmar um jeito de ser e de viver, diferente da população em geral.

Do ponto de vista sociológico, está evidente, então, que as lideranças indígenas constituem-se em um “ator”⁷, portanto, com capacidade para agir e defender um projeto claro, ou seja, o reconhecimento de seu saber, de seu mundo e de seu modo de existir. Também percebemos, igualmente, que a saúde está associada ao território, pois os Tembê afirmam não existir “saúde sem a terra”. Podemos entender essa relação ao constatarmos que a terra para eles é o lugar para se habitar, viver, cuidar, produzir a sua cultura. Nesta relação com a terra, de acordo com a afirmação de América, que tem expressiva atuação política na aldeia Sede, a dimensão simbólica da integração com as outras formas de vida é assim expressa:

[...] Sem a terra o índio não existe, nós lutamos pela saúde, pela educação, mas a terra é principal, [...] já que a nossa origem é aqui, você pode ficar fora da mata, mas pensa em voltar, [...] o índio depende da terra, a terra é tudo, na mata tem tudo, alimentação, saúde, tudo a gente tira do mato. Nós queremos a mata para fazer a roça, para colher a caça, mas nós não destruímos; o branco não, ele é ambicioso, ele derruba, vende e vai embora; o índio não, ele não sai da mata, ele preserva. (Informação verbal)⁸.

3 Entre Saúde Diferenciada e Serviço Público Universal

A saúde diferenciada para os indígenas, de acordo com Piná e Naldo Tembê, das aldeias do Guamá, e Waldecy Tembê, da aldeia Suçuarana, no Gurupí, significa uma prática de saúde em que é possível acionar as origens culturais, quer dizer, uma memória coletiva dos conhecimentos do pajé, das parteiras, mas também a garantia de sobrevivência do grupo. A saúde é, no discurso das lideranças, muito mais do que não estar doente. Significa, sobretudo, a integração entre homem, terra, floresta e cultura.

Compreendemos, assim, que o tema da saúde constitui-se em um recurso, em um pretexto, para fortalecer a luta pela legitimidade política do grupo, pelo reconhecimento da identidade indígena Tembê e pelo direito a viver em um território. Sendo, portanto, a inserção das equipes de saúde nas aldeias a introdução de medicamentos alopáticos e todo o aparato técnico científico empregado pela biomedicina, por meio das ações das equipes de saúde da FUNASA, bem aceitos pelos Tembê. Acreditamos que a aceitação desses serviços e ações representa uma forma de controle e inserção dos Tembê nos meandros da Política de Saúde do Estado, assim como uma forma de aumentar o prestígio do grupo para obter maior poder, para contrapor-se e negociar as ações de saúde de acordo com os interesses e objetivos das lideranças.

7. A categoria ator será considerada aqui na perspectiva de Teisserenc (2008), para quem um ator se caracteriza a partir de quatro capacidades: de mobilização coletiva; de atuação em rede; de ação em parceria, no território, e pelo processo de aprendizagem; e de qualificação, decorrente dessa experiência.

8. Naldo Tembê (11 mar. 2011).

A noção de saúde diferenciada, por exemplo, de acordo com Langdon (2004), resultou de um processo no qual se reformulou a política de saúde para os povos indígenas. Essa política se baseou nos direitos dos povos indígenas e contou com o apoio de universidades, com especial destaque para a contribuição de antropólogos, que ajudaram a consolidar os princípios do pluriculturalismo e da tolerância previstos na Constituição Brasileira de 1988 e em documentos internacionais, sob a orientação da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO).

Provavelmente estamos diante de apropriações legítimas de um discurso e de políticas públicas com potencial de atendimento dos interesses dos Tembé. Mesmo se é percebida a aceitação de ações de saúde ao modo não indígena, se são incorporadas tais ações em seus cotidianos, isso não pode ser interpretado como uma negação ou perda da identidade indígena.

Como afirma o cacique Naldo Tembé:

Quando você vai a um museu e dá uma pipoca ao macaco e ele come, não significa dizer que o macaco deixou de ser macaco porque ele comeu a pipoca. A mesma coisa o índio, não é porque ele usa as coisas do branco que ele deixa de ser índio. (Informação verbal)⁹.

Fica evidente que a saúde diferenciada, para os Tembé, não é somente uma questão de retomar os conhecimentos das parteiras, do pajé, do uso das plantas medicinais, mas

também buscar o acesso, adotar a assistência à saúde, em moldes não indígenas, trazê-la para dentro das aldeias, o que pode representar uma maneira de os próprios indígenas virem a controlar a gestão de um serviço de saúde pública, assumindo cargos públicos técnicos e políticos.

A demanda pelo serviço de saúde diferenciado está, portanto, relacionada à defesa de uma identidade e um modo de vida diverso, o que depende da permanência na terra, do acesso às fontes materiais e simbólicas de reprodução da vida de um povo, isso é o que representa viver em certo território em um contexto em que se valoriza a sociodiversidade¹⁰.

4 Pela cultura: estratégias e alianças

No Brasil, embora a legislação garanta os direitos dos índios à terra, à cultura, à tradição, na prática, tais direitos ainda não são totalmente assegurados. O que se tem constatado, nas duas últimas décadas, é que o principal objeto da ação dos Tembé tem sido a garantia e a manutenção da integridade de seu território, invadido por centenas de famílias de posseiros, por madeireiros, fazendeiros e empresas que se instalaram ao longo delas.

Alonso (1996) afirma que a criação da TIARG demarca, sobretudo, um processo de tutela dos índios Tembé, considerados como “índios remanescentes” pelo Sistema de Proteção Indígena (SPI) desde 1911.

9. Naldo Tembé (11 mar. 2011).

10. A respeito, Teisserenc (2011) faz referência ao trabalho de Edna Castro, uma vez que esta analisa as reivindicações das populações ditas quilombolas como um processo ao mesmo tempo de resistência e de defesa pelo reconhecimento da identidade, mas também de defesa do território, que se traduz não somente como um espaço ecológico a ser protegido, mas principalmente, como um espaço em que produz a sociodiversidade. Sendo, portanto, o território notadamente um lugar histórico e de reprodução da existência.

Com base nessa percepção, o SPI impôs uma ação de reconstituição da cultura e autenticidade da “unidade Tembé” à época da criação da área indígena, por meio de uma política indigenista em que a simbologia do sangue era um demarcador cultural. Essa ação descrita pela autora representa a necessidade de recuperação dos rituais, de aprendizagem da língua, de proibição de casamentos com brancos e, principalmente, de reconhecimento da “cultura Tembé”, já em franco desaparecimento, na percepção dos agentes do SPI, devido ao intenso contato com a sociedade não indígena.

O aprendizado da “cultura”, um processo forjado, deu-se pela socialização e contato com o povo Tembé do Gurupi, considerado pelos agentes do SPI como um povo “mais autêntico.” Alonso (1996) enfatiza, além disso, a importância da criação da área indígena, na medida em que esta despertou a percepção dos Tembé para o fato de que a terra é um direito. Possibilitou também, por meio da catequese, do processo político, a partir do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), e da convivência com agentes do SPI, maior capital social das lideranças Tembé, haja vista que as intervenções, os conflitos, entre as entidades e com as próprias lideranças, assim como as ações de cooperação, de ajuda e de apadrinhamento imprimiram um aprendizado próprio que contribuiu para sua formação.

Tal processo passa a ter maior evidência na década de 1990, pois demarca a luta e o processo de organização indígena, a institucionalização das lideranças Tembé, favorecendo o aparecimento de “novas li-

deranças” e a criação da AGTARGMA e, depois, do Gurupi. Esse processo representa igualmente a defesa de ser índio, mesmo que “índio misturado”, uma luta que significa também a defesa da identidade Tembé, uma vez que o significado étnico parte de um processo gerado na interação com outros grupos sociais¹¹.

Na literatura especializada, é ressaltada a dinâmica dessa identidade, o que é reconhecido também pelo líder Piná Tembé, como percebemos no depoimento a seguir:

Foi congelado, na cabeça dos não índios, que o índio tem que estar pintado, na aldeia, vivendo isolado. Essa imagem nós temos tentando descongelar. Nós temos o direito de evoluir, mas não podemos esquecer quem somos. (Informação verbal)¹²

Entre os Tembé, observamos todo um investimento na afirmação de uma singularidade cultural. Tanto nas aldeias do Guamá como nas do Gurupi, parece vir se acentuando esforços nesse sentido. Esforços que no Gurupi, mais do que no Guamá, resultam em uma presença difundida da língua, dos rituais e da produção do artesanato.

Mas diferenças entre os Tembé do Guamá e do Gurupi não estão apenas na percepção ou não de determinadas práticas rituais, da língua e das demais marcas culturais. O jogo político das lideranças na forma de defender e garantir um modo de vida Tembé em muito define essa diferença.

Tal constatação foi evidenciada, a princípio, pela forma como o Sistema de Saúde está organizado nas aldeias. Por exemplo, no Guamá, o Polo Base, estrutura adminis-

11. Barth (2000).

12. Depoimento do líder Piná Tembé (Belém – PA), em 03 out. 2009.

trativa da saúde, funciona com duas estruturas, uma na cidade de Capitão Poço, que atua como um serviço de apoio e referência para as 10 aldeias Tembé, e outra dentro da aldeia Sede, que atende as aldeias Sede, Ituaçu, Pynawá e Ypdyô¹³. Embora o primeiro DSEI tenha sido implantado no Brasil para atender o povo Yanomami, a primeira experiência de Polo Base funcionando dentro de uma aldeia se deu entre os Tembé do Guamá. Ele serviu de modelo e de experiência para duas outras aldeias que se inspiraram nessa configuração. Já no Gurupi, existe uma única estrutura administrativa, que funciona em Paragominas e serve de referência para todos os outros grupos indígenas que vivem nas proximidades da região.

Além disso, as lideranças Tembé do Guamá, em especial Piná, inseriram-se em uma rede regional e nacional de organizações da sociedade civil, assim como procuram e mantêm relações com a esfera governamental, inclusive no nível municipal. O cacique Naldo, por exemplo, atualmente ocupa o cargo de Vereador de Santa Luzia do Pará¹⁴.

No Gurupi, a organização política do grupo tem, na participação da Sra. Verônica, um traço diferenciador. De acordo com o relatório do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2011), a Sra. Verônica e seu esposo, o atual cacique da aldeia Tekohaw, tiveram papel decisivo no reagrupamento dos Tembé do Gurupi, que se encontravam dispersos às margens do rio do mesmo nome e em contato permanente com outras culturas. A Sra. Verônica participou da formação de várias lideranças do Gurupi, tornando-se uma referência em um contexto marcado pela política de “pacificação”¹⁵ dos Ka’apor e depois dos Parakanãs implementadas pelo SPI e pela FUNAI, em um período de quase 60 anos (1911 a 1970), respectivamente. Durante essa pacificação, grande parte da população masculina das aldeias do Gurupi se ausentou das aldeias, para integrar a frente de “atração”, deixando a administração do grupo a cargo das mulheres.

Conforme salientado no relatório do IPHAN (2011), esse processo foi determinante na forma de organização política e

13. Tal configuração se explica pela disputa política interna do grupo, conforme demonstrado na página 189.

14. Santa Luzia do Pará é um dos municípios do Estado do Pará. Trata-se de uma unidade político-administrativa criada por meio da Lei n.º 5.688, de 13 de dezembro de 1991. É situada a 01° 27' 06" de latitude sul e 46° 57' 35" de longitude a oeste de Greenwich, com uma população próxima de 20.000 habitantes. A Terra Indígena do Alto Rio Guamá faz fronteira com os limites territoriais de vários municípios entre os quais Santa Luzia do Pará.

15. A política indigenista desenhada e consolidada naquele período coincidia com a imagem até hoje presente no imaginário coletivo, de que os índios eram selvagens e “brabos” e, portanto, precisavam ser pacificados a fim de serem inseridos na sociedade nacional. Os Tembé, considerados “mais adaptados”, pela sua história de longo contato com a sociedade, representavam um grupo mais “civilizado” e “índios mansos” e, portanto, em condições de intermediar o contato entre os “índios brabos” e a sociedade brasileira. A ação consistia em uma frente de “atração” em que o “índio manso” servia como intermediário no contato entre o “branco” e os índios considerados “brabos”. Essa ação visava principalmente facilitar a introdução da ação do SPI nas intermediações dos territórios tradicionalmente reconhecidos como pertencentes a esses grupos ou pelos espaços onde esses circulavam.

social do grupo, sobretudo porque, com a saída dos homens das aldeias, as mulheres foram obrigadas a assumir a condução e coordenação destas, dirigindo, a seu modo, uma nova dinâmica e determinando o surgimento de importantes lideranças, principalmente figuras femininas como Verônica Tembé e Brasília, que passaram a assumir o controle político do grupo. Tal ação passa a ser mais bem evidenciada quando a Sra. Verônica, juntamente com seu marido, resolveram agregar os Tembé que habitavam dispersos às margens do Gurupi, criando uma nova aldeia, a aldeia Tekohaw. Essa iniciativa também foi estimulada pela FUNAI através do chefe de posto local, à época sensível às ameaças ao controle do território, sob a pressão dos fazendeiros, madeireiros e colonos. A ação da Sra. Verônica, de acordo com estudos anteriores, foi destacada, sobretudo pelo empenho na valorização da cultura, incentivando o uso da língua, a realização dos rituais e outras práticas tradicionais (VALADÃO, 1981). O que também foi reconhecido mais recentemente por lideranças mais jovens, como Elias Tembé (2010).

De acordo com o relatório do IPHAN (2011), as relações com os Tembé e demais povos da região envolve não apenas assuntos políticos, mas também laços familiares extremamente importantes que irão imprimir um caráter diverso de organização política e ação local do grupo. Nesse sentido, convém mencionar o casamento de Graciete Ka'apor com Reginaldo Tembé, atual cacique da aldeia Cajueiro, no Gurupi, uma vez que tal casamento possibilitou alianças políticas não só entre as famílias, mas entre ambos os grupos étnicos.

Além do mais, essas alianças entre as famílias de diferentes etnias possibilitaram um movimento inverso dos Tembé do Guru-

pi em relação aos Tembé do Guamá. Entre eles (do Gurupi), houve um movimento interno mais intenso de afirmação étnica pelas alianças entre aldeias do mesmo grupo. Diferentemente das lideranças do Guamá, que produziram um processo de disputa interna, buscando parcerias externas, interagindo com diferentes atores institucionais, quer no âmbito da gestão pública quer no âmbito dos movimentos sociais e organizações civis, o que influenciou e imprimiu marcas e tendências diferentes nas ações locais, fato que, de certa forma, será relevante nas questões que envolvem a defesa do território.

Um exemplo dessa relação pode ser percebido pela reação das lideranças à implantação dos DSEI. Com a implantação dos distritos, sobrepuaram-se competências político-administrativas sobre o território, em contraposição à organização social dos Tembé e de muitas outras etnias indígenas beneficiárias dos serviços de saúde. Uma das marcas Tembé, do ponto de vista da organização social e política, é a formação de novos grupos através de cisões internas. Conflitos internos em geral são resolvidos entre os Tembé pelo deslocamento de suas famílias de uma terra para outra. Normalmente, a constituição de uma nova aldeia tem origem nesse movimento. No entanto, os órgãos públicos de saúde têm adotado medidas de pressão para que eventos como esses, de cisão e multiplicação de aldeias não ocorram, uma vez que a estrutura do serviço não se amplia, nem se aperfeiçoa no ritmo e de acordo com a lógica da organização social dos indígenas. São duas lógicas confrontantes: a da gestão pública dos recursos humanos e financeiros e a do modo de vida local. O modo de dispor da terra, de ocupá-la, de trabalhá-la não está apenas informado em determinações econômicas. São determinações de ordem

social, costumes, maneiras de superar conflitos valorizados no grupo que, nesses momentos, importam muito mais.

A mobilização dos Tembé, tanto do Guamá quanto do Gurupi, e dos índios de maneira geral, tem sido intensa para que se construa outra estrutura dos serviços de saúde nas aldeias, mais adequada à lógica territorial e política dos indígenas.

Os Tembé continuam criando novas aldeias e lutando para garantir a organização cultural do grupo. Há também grande interesse em ampliar a ocupação da TIARG, para impedir a entrada de madeireiros e outros cidadãos, que, cada vez mais, avançam no sentido da área indígena. Por outro lado, evidencia-se a intenção dos Tembé em manter atualizada a organização social e política do grupo.

A esse respeito, notamos que as lideranças, principalmente do Gurupi, têm interesse em ocupar o território e expandir essa ocupação, levadas por práticas locais de resolução de conflitos. De acordo com os líderes Tembé, para garantir essa ocupação, é necessário também cultivar, retomar práticas culturais como as festas, a língua nativa, a estética, o artesanato, as narrativas míticas, entre outros. Isso é uma maneira de justificar seus direitos de existir dignamente. O discurso de Xico Rico, liderança e professor da língua Tenetehar, explicita claramente essa preocupação, pois, segundo ele, criar uma nova aldeia significa viver de acordo com os costumes,

mas também é uma forma de impedir a entrada dos costumes dos brancos.

Xico Rico é uma importante liderança do Gurupi. Ele ensina os rituais, a língua, o artesanato e “os costumes” - como ele diz - para as aldeias do Guamá e do Gurupi, onde já se nota, principalmente na aldeia Cajueiro, maior processo de interação com as pessoas da cidade. Ele transita, de época em época, entre uma aldeia e outra, para falar a língua, para manter os costumes presentes e reatualizados e, principalmente, para exercer um forte controle sobre o grupo, pois é grande a pressão para que os indígenas convivam e adquiram novos hábitos com as pessoas da cidade. O ensinamento da “festa da moça”, por exemplo, é uma estratégia para reafirmar a cultura, principalmente os conhecimentos do ponto de vista da saúde, uma vez que esta retrata, à maneira Tembé, cuidados preventivos e protetores com a saúde e com o corpo da mulher recorrendo-se aos sobrenaturais.

No Gurupi, constatamos a preocupação em manter “viva a cultura”, inclusive em certas atitudes de pessoas pertencentes ao grupo frente aos pesquisadores. Faz-se necessário o atendimento de certas condições para se obter aceitação de permanência entre eles, o que pode ser interpretado como obrigação de cumprir um “ritual de passagem”, assim como uma tomada de consciência política da própria imagem do grupo¹⁶. Tal imposição de condições parece traduzir resistência contra mudanças na

16. Ritual de passagem refere-se aqui ao processo de submissão às normas e exigências das lideranças para intermediar, por meio da Universidade Federal do Pará, apoio à afirmação da cultura, através da introdução do estudo da língua nativa dentro do espaço escolar. Com isso, obtivemos a confiança das lideranças e a autorização para prosseguir o trabalho de pesquisa, cujas observações preliminares nutrem o presente artigo. Aproveitamos para registrar nosso sincero agradecimento pela receptividade respeitosa e diplomática do líder Puluta, da aldeia Cajueiro, no Gurupi, e do Cacique Lourival, da aldeia Tekohaw, no Gurupi.

dinâmica cultural, certa necessidade de esclarecer quem são os Tembê, como agem e como pensam, mas também pode significar certa burocratização e maior consciência política do grupo.

Certamente para atender esta demanda é que, nesse sentido, as lideranças do Gurupi têm reforçado os costumes e os rituais, estimulando a confecção do artesanato e a difusão da língua. Alguns exemplos podem ser destacados: a transferência do professor Xnai para a aldeia Itaputyri do Guamá para ensinar a língua; a convivência por um período prolongado de um jovem da aldeia Sede, para estudar a língua e aprender a cultura no Gurupi; a realização do “ritual da moça” na aldeia Tekohaw, como forma de reatualizar a cultura, reafirmando ao mesmo tempo saberes e modos de vida tradicionais.

Para as lideranças do Guamá, as ações externas geralmente são bem aceitas. Eles possuem uma maneira muito particular para negociar: criam inúmeras possibilidades de levar as ações e serviços para dentro da aldeia, articulam parcerias, inserem-se nos espaços públicos e contam, na grande maioria das vezes, com a intermediação do Ministério Público Federal, estabelecendo uma relação pessoal com

o seu dirigente atual. O Procurador Federal¹⁷ funciona como um grande mediador e como “escudo” nos momentos de negociações e conflitos com os agentes externos. Os Tembê querem ocupar os espaços políticos “dos brancos” para defender as demandas dos índios¹⁸.

É muito intensa a interação das lideranças Tembê do Guamá nas cidades próximas às aldeias. O cacique Naldo, liderança da aldeia Sede do Guamá, por exemplo, foi secretário de Meio Ambiente em Santa Luzia e, recentemente, foi eleito vereador de Santa Luzia. Segundo ele, não é possível avançar na melhoria e defesa dos direitos indígenas sem estar nos meandros dos espaços políticos “dos brancos”.

A inserção dos jovens estudantes nas Universidades tem sido referida por eles como uma das estratégias para ocupar os cargos públicos dentro da aldeia, nos quais se encontram não indígenas. Eles querem formar médicos, dentistas, professores, para que estes possam trabalhar nas aldeias, o que pode ser também parte de estratégias pessoais de ascensão social, além de não deixar que os jovens indígenas esqueçam os compromissos que assumem com a defesa da cultura, do território e do modo de vida Tembê.

17. Percebemos que a relação que os Tembê estabelecem com o Ministério Público é personalizada na figura do Procurador Felício Pontes, agente público que tem se destacado nas lutas e defesa pelos direitos dos povos indígenas no Pará.

18. Essa experiência transformou a pesquisadora Vanderlúcia Ponte em uma grande aliada das lideranças Tembê do Guamá. As demandas das lideranças exigiram-lhe maior capacidade de articulação com as instituições de ensino, uma vez que possibilitaram às lideranças Tembê do Guamá meios mais eficazes de transformar suas ações em mecanismos de fortalecimento da cultura. Podemos exemplificar tal situação quando da implantação de um curso de agroecologia na modalidade semipresencial, realizado pelo Instituto Federal do Pará, a realizar-se dentro da aldeia sede, ou quando esta intermediou a parceria com a Universidade Federal do Pará e as lideranças indígenas do Guamá no acompanhamento pedagógico dos estudantes universitários indígenas.

5 Território, Ações e Emergência de novas problematização: na e para além da terra indígena

Percebemos que as ações no âmbito do território, tanto para as lideranças do Guamá como do Gurupi, embora com objetivos e estratégias diferentes, buscam acionar e reconstituir a memória coletiva do grupo, fortalecer os componentes culturais, reafirmar a identidade Tembé. Vale ressaltar que os recursos, os conhecimentos e o modo de pensar das lideranças possibilitam, tanto aos indígenas do Guamá como aos do Gurupi, a utilização também desses elementos como instrumentos de luta pelo acesso a políticas de saúde e de defesa de um território.

Do ponto de vista do território, pensamos que o grupo do Gurupi utiliza a estratégia de resistência e defesa. Já o grupo do Guamá, provavelmente, defende um novo território, tipicamente emergente, e que corresponde também aos limites do território antigo, atualizado na memória coletiva, em que as referências não são exatamente as mesmas. No Guamá, o contato permanente com a cidade, com os agentes do Estado e das universidades possibilita um aprendizado permanente das lideranças, permitindo hibridações com as referências da cultura tradicional, agregações de novos elementos do mundo externo. Nesse movimento, emerge um tipo de liderança mais atuante e uma organização política que se amplia. De toda maneira, nesse caso, a questão territorial faz parte dos debates, que eles conhecem a partir do processo de integração com a sociedade global.

A formação de novas lideranças, com saberes práticos, a consolidação de redes, para a reivindicação do reconhecimento do território e dos conhecimentos tradicionais, na

composição de estratégias de enfrentamento à organização e exercício da competência de um Estado, passa também pelo agrupamento e reagrupamento de diferentes aldeias e, por vezes, diferentes etnias pela defesa de interesses comuns, estes mesmos sendo produzidos também no processo de mobilização e da ação coletiva dos indígenas.

Além disso, parece relevante que, na formação dos profissionais, tanto da área da saúde, como da educação, da assistência social, da economia, dentre outras, haja a incorporação de novos conhecimentos, que contemplem a convivência com a diversidade, com os saberes tradicionais, com a pluralidade cultural e, sobretudo, com o respeito aos direitos e aos conhecimentos dos povos indígenas.

O depoimento de Piná Tembé expressa claramente a incorporação do discurso normatizado, inscrito nos documentos da exigência da sustentabilidade e, ao mesmo

Tempo, a mitificação da paz e do paraíso associado a um território no quadro de relações tensas, ambíguas, com atores econômicos como madeireiros e fazendeiros.

A nossa metodologia é outra, e a nossa estratégia é de preservação da cultura, para isso o nosso principal instrumental é a educação, com um currículo próprio [...], para nós só interessa a regularização da escola indígena, pois a educação formal ajuda a perder nossa cultura. A cultura tem que ser uma matéria transversal. A saúde tem que estar ligada à educação ambiental. O ambiente é mais importante, isso é saúde. Na floresta, tudo é natural, ali está a saúde. A solidariedade do povo também é saúde, na comunidade você sai de corpo aberto, a liberdade é importante. A violência é da cidade, lá você não tem amigo. O parente é de coração, um sente a dor por todos, todos sentem a dor por um. Existe a partilha, se um não tem, todos têm, todos

ajudam. No final de semana, vai para a beira do rio, faz a pesca e as crianças brincam. Se tem um problema, chama o cacique e resolve; o diálogo é a fonte do negócio, não precisa de delegado. A gente se preocupa com as pessoas mais velhas, nós precisamos aprender com eles, fora da aldeia (Informação verbal)¹⁹.

6 Concluindo

Os efeitos da política de saúde indígena na vida e na dinâmica local dos Tembé, tanto do Guamá quanto do Gurupi, fazem emergir um processo de ação política em que se visualizam claramente duas perspectivas. De um lado, a política universalizante do Estado que, ao tentar adaptar e flexibilizar um modelo de saúde racional, homogeneiza práticas de cuidados e fortalece um saber científico em que a relação homem-natureza aparece fortemente fragmentada. Por outro lado, as reivindicações por direito à saúde diferenciada das lideranças Tembé reafirmam um modo de existir e de pertencer ao mundo claramente diferenciado da população em geral, pois aciona uma identidade cultural fortemente integrada entre o homem, a cultura e a ecologia.

De toda maneira, a interação entre as duas perspectivas imprime um aprendizado particular, certa hibridação, em que é possível visualizar a produção e o reconhecimento de continuidades e discontinuidades territoriais e de ação, nas quais se entrelaçam terra indígena, limites político-administrativos municipais, territórios de aplicação de uma política de saúde, como os Distritos Sanitários Especiais Indígenas, compondo-se aí dinâmicas singulares, em que o jogo da cultura permite adicionar novas refe-

rências em correspondência às exigências da sustentabilidade, como a preservação da biodiversidade, do patrimônio genético, da sociodiversidade, mas principalmente do potencial humano prático, de seu saber e de variadas possibilidades de existir.

Acreditamos que a mobilização por direitos específicos impõe-se como um duplo desafio, em termos de ação e dinâmicas territoriais na Amazônia. Há que se considerar a necessidade de se expandir uma política de proteção dos recursos naturais, como via de enfrentamento às ameaças ambientais, mas também como um recurso necessário de aprendizagem para considerar novos conhecimentos de saberes práticos. As disputas, os conflitos, os aprendizados, as alianças que daí decorrerão certamente marcarão um processo dinâmico e permanente entre o saber local e o mundo global, em que as disputas com outros atores econômicos, sobretudo as empresas madeireiras, de energia, de mineração, cujos interesses também são garantidos em todos os níveis governamentais, terão que se recompor, tendo em vista a forma de viver, de agir e de pensar das populações indígenas.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, S. *Os Tembé de Guamá: processo de construção da cultura e identidade Tembé*. 1996. 231f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.
- ANDRADE, L. O. M.; BARRETO, I. C. de H. (Org.). *SUS passo a passo: história, regulamentação, financiamento, políticas nacionais*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

19. Piná Tembé (3 out. 2009).

BARTH, F. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BERNO DE ALMEIDA, A. W. *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PPGSCA-U-FAM, 2006.

CRUZ, K. R. Distrito sanitário especial indígena: o específico e o diferenciado como desafio. In: COELHO, E. M. B. (Org.). *Estado multicultural e políticas indigenistas*. São Luís: UFMA-CNPq, 2008.

INSTITUTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Levantamento preliminar das referências culturais do povo indígena Tembê da terra indígena alto rio Guamá*. Belém: IPHAN, 2011. Relatório final.

LANGDON, E. J. Uma avaliação crítica da atenção diferenciada e a colaboração entre Antropologia e profissionais de saúde. In: _____; GARNELO, L. (Org.). *Saúde dos povos. reflexões sobre antropologia participativa*. Rio de Janeiro: Contra Capa, ABA, 2004.

LÓPEZ GARCÉS, C. L. Proteção aos conhecimentos das sociedades tradicionais: tendências e perspectivas. In: BARROS, B. da S.; LÓPEZ GARCÉS, C. L. (Org.). *Proteção aos conhecimentos das sociedades tradicionais*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi - Centro Universitário do Pará, 2006.

TEISSERENC, P. Ambientalização e territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia brasileira. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, Niterói, n. 29, p. 153-179, 2010.

_____. *La mobilisation des acteurs dans L'action publique locale au Brésil, en France et en Tunisie*. França: Éditions de l'Harmattan, 2006.

_____; ROCHA, G.; MAGALHAES, S. B. *Coletividades locais e desenvolvimento territorial na Amazônia*. Belém: EDUFPA e NUMA, 2008.

VALADÃO, V. *Verônica Tembê: um caso de liderança política feminina entre os índios Tembê-Tenete-hara*. São Paulo, 1981.

WAGLEY, C.; GALVÃO, E. *Os índios Tenete-hara: uma cultura em transição*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1961.

NOTA SOBRE OS AUTORES

Vanderlúcia da Silva Ponte é Mestra em Antropologia, atualmente preparando tese de doutorado no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (PPGCS/UFPa) em co-tutela com a Universidade de Paris 13, apoiada pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)/Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE).

Maria José da Silva Aquino é Doutora em Ciências Humanas (Sociologia). Professora de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal do Pará (UFPa).

Recebido: 17/10/13

Aprovado: 29/04/14